

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.049 - SP (2019/0121749-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MARIA MARGARETH SIGNORELLI
ADVOGADOS : CÉSAR EDUARDO TEMER ZALAF E OUTRO(S) - SP105551
STEPHANIE HARUMI ALVES YAMAMOTO - SP321561
AGRAVADO : SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT
EINSTEIN
ADVOGADO : ROBERTA BIANCO E OUTRO(S) - SP235168
AGRAVADO : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADOS : MARCUS FREDERICO BOTELHO FERNANDES E OUTRO(S) -
SP119851
LUCAS RENAULT CUNHA - SP138675
AGRAVADO : ANTONIO LUIZ DE VASCONCELLOS MACEDO
ADVOGADO : HENRIQUE TARCÍSIO ROGÉRIO E OUTRO(S) - SP096956

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MARIA MARGARETH SIGNORELLI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Quanto à controvérsia trazida nos autos pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 141 e 492, ambos do CPC, trazendo os seguintes argumentos:

Consigne-se que, ao proferir uma decisão, o julgador deve ficar adstrito ao pedido formulado pelas partes, pelo que decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo defeso conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito se exige a iniciativa da parte, nos termos do que dispõe o art. 141 do CPC.

Isso porque, o limite da sentença é o pedido com a sua fundamentação. É o que a doutrina denomina de princípio da adstrição, princípio da congruência ou da conformidade, previsto pelo art. 492 do CPC. O afastamento desse limite caracteriza as decisões *citra petita*, *ultra petita* e *extra petita*, o que constitui vícios e, portanto, acarreta a nulidade do ato decisório (fls. 1731).

[...]

Ocorre que, analisando o processo, se constata que em nenhum momento as partes suscitaram possível condenação material na monta de 33%. Até mesmo porque, a Recorrente teria que ir para Miami realizar a cirurgia para reparar o dano causado pelo médico Recorrido de qualquer

forma, pouco importando se realizou mais de um procedimento no mesmo ato (fls. 1731).

É o relatório. Decido.

No que concerne à alegada controvérsia, aplica-se o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente